

MINISTÉRIO PÚBLICO

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

- ♦ DISPOSITIVOS DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL
- ♦ LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (LC 75/93)
- ♦ LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI 8.625/93)
- ♦ LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (LC-RJ 106/2003)
- ♦ LEGISLAÇÃO ESTADUAL RELATIVA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
- ♦ REGIMENTO INTERNO, ENUNCIADOS E RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- ♦ DELIBERAÇÃO TCE 227/2005 (ORGANIZAÇÃO DO MP JUNTO AO TCE)
- ♦ ATOS DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- ♦ RESOLUÇÕES, SÚMULAS, ASSENTOS E DELIBERAÇÕES
- ♦ ÍNDICE REMISSIVO

ORGANIZAÇÃO E NOTAS

CARLOS ROBERTO DE CASTRO JATAHY
PROCURADOR DE JUSTIÇA

5ª EDIÇÃO

**ROMA
VICTOR**
—
EDITORA

© Roma Victor editora Ltda.

Produção editorial:

Lúcio Pimentel e Vinícius Renaud

Capa:

Rodrigo Murtinho

Foto de capa:

Cláudia Linhares Sanz

1ª edição – outubro/2002

2ª edição – junho/2005

3ª edição – outubro/2006

4ª edição – junho/2008

5ª edição – julho/2010

CIP-Brasil. Catalogação na fonte do Sindicato
Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M622

5. ed.

Ministério Público: legislação institucional / organização
Carlos Roberto de Castro Jatahy. – 5. ed. – Rio de
Janeiro: Roma Victor, 2010.

592 p. 16 x 23 cm

ISBN: 978-85-89127-99-8

1. Brasil – Ministério Público. 2. Brasil
– Ministério Público – Resolução. I. Jatahy, Carlos
Roberto de Castro.

CDU: 343.163(81)

ROMA VICTOR EDITORA

Av. Marechal Câmara, 271/802 – Centro

CEP 20.020-080 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel./fax: (21) 2242-1782 / 2222-3224

e-mail: romavictor@romavictor.com.br

site: www.romavictor.com.br

Impresso no Brasil

2010

SUMÁRIO

Dispositivos da Constituição Federal	15
Dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro	27
Lei Orgânica do Ministério Público da União. Lei Complementar 75/93	37
Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Lei 8.625/93	105
Dispositivos da LC-RJ 28/82. <i>Dispõe sobre a organização do Ministério Público Estadual junto ao Poder Judiciário, adaptando-o à Lei Complementar Federal 40/81 (ainda em vigor por força do art. 175 da LC 106/2003)</i>	131
LC-RJ 106/2003. <i>Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro</i>	143
LC-RJ 113/2006. <i>Altera a Lei Complementar 106/2003</i>	198
LC-RJ 129/2009. <i>Altera as LCs 106/2003 e 113/2006 e revoga a Lei Estadual 4.134/2006</i>	201
Deliberação TCE/RJ 227/2005. <i>Confere à Lei Estadual 382/80, interpretação conforme a Constituição</i> ...	203
Dispositivos de Leis Federais	
Lei 10.671/2003. <i>Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor</i>	209
Lei 10.741/2003. <i>Dispõe sobre o Estatuto do Idoso</i>	210
Lei 11.372/2006. <i>Regulamenta o § 1º do art. 130-A da Constituição Federal, para dispor sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público oriundos do Ministério Público e criar sua estrutura organizacional e funcional a consolidação de cargos da carreira do Ministério Público</i>	217
Dispositivos de Normas Estaduais	
Lei-RJ 2.819/97. <i>Cria o Fundo Especial do Ministério Público – FEMP</i>	219
Lei-RJ 3.189/99. <i>Institui o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA</i>	220
Lei-RJ 3.577/2001. <i>Institui o abono permanência para membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro</i>	230
Lei-RJ 3.899/2002. <i>Dispõe sobre o quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro</i>	231
Lei-RJ 4.432/2004. <i>Dispõe sobre o subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro</i>	239
Lei-RJ 4.433/2004. <i>Determina a aplicação aos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro de dispositivos da Lei Federal 10.477/2002</i>	240
Lei-RJ 4.493/2005. <i>Altera dispositivos da Lei 3.308/99</i>	240
Lei-RJ 4.520/2005. <i>Dispõe sobre a transformação de cargos em comissão da estrutura básica da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a criação e a consolidação de cargos da carreira do Ministério Público</i>	241
Lei-RJ 4.552/2005. <i>Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores do Quadro Permanente de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Rio de Janeiro</i>	242
Lei-RJ 4.635/2005. <i>Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro</i>	243
Lei-RJ 4.853/2006. <i>Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do quadro permanente de serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na forma proposta no art. 37, X, da Constituição da República</i>	244

Lei-RJ 5.145/2007. <i>Dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores do quadro permanente de serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.</i>	244
Lei-RJ 5.166/2007. <i>Altera o parágrafo único do art. 35-A da Lei 3.189/99</i>	245
Lei-RJ 5.260/2008. <i>Estabelece o regime jurídico próprio e único da previdência social dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e dos servidores públicos estatutários do Estado do Rio de Janeiro</i>	246
Decreto-RJ 41.604/2008. <i>Dispõe sobre a estrutura administrativa básica do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – RIOPREVIDÊNCIA</i>	257
Lei-RJ 5.689/2010. <i>Altera a Lei 3.899, de 19 de julho de 2002</i>	263
Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público	267
Enunciados do Conselho Nacional do Ministério Público	
Enunciado CNMP 1/2006. <i>Interpretação da Resolução 1/2005-CNMP. Nepotismo</i>	292
Enunciado CNMP 2/2006. <i>Conselho Nacional do Ministério Público. Referente ao conceito de atividade jurídica previsto no art. 129, § 3º, da Constituição Federal, regulado pela Resolução 4/2006</i>	293
Enunciado CNMP 3/2007. <i>Sobre arquivamento de pedido de providências por decisão monocrática</i>	293
Enunciado CNMP 4/2008. <i>Interpretação das Res. 26 e 30 do CNMP</i>	293
Enunciado CNMP 5/2008. <i>Disciplina a formulação de consultas ao CNMP</i>	294
Enunciado CNMP 6/2009. <i>Dispõe sobre a impossibilidade de revisão ou desconstituição pelo CNMP dos atos relativos à atividade fim do Ministério Público</i>	294
Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público	
Res. CNMP 1/2005. <i>Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de membros do Ministério Público</i>	295
Res. CNMP 2/2005. <i>Dispõe sobre os critérios objetivos e o voto aberto e fundamentado nas promoções e remoções por merecimento de membros dos Ministérios Públicos da União e dos Estados</i>	296
Res. CNMP 3/2005. <i>Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério por membros do Ministério Público da União e dos Estados</i>	296
Res. CNMP 5/2006. <i>Disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional</i>	297
Res. CNMP 6/2006. <i>Disciplina o encaminhamento, pelos Chefes dos Ministérios Públicos dos Estados, de proposta de regulamentação do art. 37, V, da Constituição da República</i>	298
Res. CNMP 7/2006. <i>Disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de servidores do Ministério Público, ocupantes de cargo de direção e chefia,</i>	299
Res. CNMP 8/2006. <i>Dispõe sobre impedimentos e vedações ao exercício de advocacia por membros do Ministério público com respaldo no § 3º do art. 29 do ADCT da Constituição Federal de 1988</i>	300
Res. CNMP 9/2006. <i>Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros do Ministério Público</i>	300
Res. CNMP 10/2006. <i>Dispõe sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional e do subsídio mensal dos membros do Ministério Público</i>	303
Res. CNMP 13/2006. <i>Regulamenta o art. 8º da Lei Complementar 75/93 e o art. 26 da Lei 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal</i>	305
Res. CNMP 14/2006. <i>Dispõe sobre Regras Gerais Regulamentares para o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro</i>	308
Res. CNMP 20/2007. <i>Regulamenta o art. 9º da LC 75/93 e o art. 80 da Lei 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, o controle externo da atividade policial</i>	312
Res. CNMP 23/2007. <i>Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil</i>	315
Res. CNMP 26/2007. <i>Disciplina a residência na Comarca pelos membros do Ministério Público</i>	320

Res. CNMP 27/2008. <i>Disciplina a vedação do exercício da advocacia por parte dos servidores do Ministério Público dos Estados e da União</i>	322
Res. CNMP 30/2008. <i>Estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1ª grau</i>	322
Res. CNMP 36/2009. <i>Dispõe sobre o pedido e a utilização das interceptações telefônicas, no âmbito do Ministério Público, nos termos da Lei 9.296/96</i>	324
Res. CNMP 37/2009. <i>Altera as Res. CNMP 1/2005, 7/2006 e 21/2007, considerando o disposto na Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal</i>	327
Res. CNMP 38/2009. <i>Institui âmbito do Ministério Público o Portal da Transparência</i>	328
Res. CNMP 40/2009. <i>Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso nas carreiras do Ministério Público</i>	330
Res. CNMP 41/2009. <i>Acrescenta o inciso V ao art. 33 do Regimento Interno, para instituir a Comissão Permanente de Jurisprudência e a Revista Trimestral de Jurisprudência, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público</i>	332
Res. CNMP 42/2009. <i>Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Ministério Público dos Estados e da União</i>	333
Res. CNMP 43/2009. <i>Institui a obrigatoriedade de realização periódica de inspeções e correções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados</i>	337
Res. CNMP 45/2009. <i>Dispõe sobre o Cerimonial das solenidades promovidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público</i>	339
Res. CNMP 46/2009. <i>Regulamenta critérios de retribuição pecuniária aos membros auxiliares do Conselho Nacional do Ministério Público</i>	341
Res. CNMP 48/2009. <i>Regulamenta o pagamento de diárias e a concessão de passagens aos membros do Conselho Nacional do Ministério Público</i>	342
Res. CNMP 49/2009. <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Conselho Nacional do Ministério Público solicitar anualmente aos Tribunais de Contas o envio dos relatórios de inspeção e das decisões proferidas por ocasião do julgamento das contas relativas à Administração do Ministério Público</i>	343
Res. CNMP 53/2010. <i>Disciplina a revisão geral anual da remuneração dos membros e servidores do Ministério Público, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal</i>	343
Res. CNMP 55/2010. <i>Estabelece regras sobre a eleição para a formação de lista tríplice no Ministério Público brasileiro</i>	344
Resoluções do Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro	
Res. GPGJ 7/75	345
Res. GPGJ 27/77	345
Res. GPGJ 68/79. <i>Estrutura o sistema de Provedoria de Fundações, estabelece normas para a atuação dos órgãos do Ministério Público e da Procuradoria-Geral de Justiça em matéria fundacional</i>	346
Res. GPGJ 161/84. <i>Dispõe sobre a substituição dos Membros do Ministério Público, nos casos de impedimento, suspeição, falta ocasional, afastamento e cumulação de atribuições</i>	363
Res. GPGJ 262/87. <i>Dispõe sobre a identificação das assinaturas e rubrica dos Membros do Ministério Público, nos feitos em que oficiarem</i>	366
Res. GPGJ 277/87	367
Res. GPGJ 466/91	367
Res. GPGJ 494/92. <i>Dispõe sobre o procedimento dos órgãos de execução do Ministério Público em casos de representação da Autoridade Policial pela produção antecipada de depoimento testemunhal em juízo</i> ..	368
Res. GPGJ 550/93	368
Res. GPGJ 585/94	369
Res. GPGJ 600/94. <i>Dispõe sobre a atuação do Ministério Público no procedimento de averiguação oficiosa, previsto na Lei 8.560/92, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento</i> ..	369
Res. GPGJ 618/94	370

Res. GPGJ 671/95. <i>Dispõe sobre o procedimento a ser adotado nas ações cíveis ajuizadas pelos órgãos de atuação do Ministério Público, no caso de condenação do réu nos ônus da sucumbência</i>	371
Res. GPGJ 674/95. <i>Institui os Centros Regionais de Coordenação Administrativo-Institucional do Ministério Público</i>	372
Res. GPGJ 721/96. <i>Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público nos agravos de instrumento ..</i>	373
Res. GPGJ 786/97. <i>Estabelece atribuição das Promotorias de Justiça em matéria criminal</i>	373
Res. GPGJ 813/98. <i>Transforma as Coordenadorias Institucionais em Centros de Apoio Operacional do Ministério Público</i>	380
Res. GPGJ 817/98. <i>Estabelece atribuições dos Coordenadores dos Centros Regionais de Apoio Administrativo-Institucional</i>	382
Res. GPGJ 892/99. <i>Dispõe sobre o Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça</i>	383
Res. GPGJ 894/99. <i>Estabelece atribuição para a fiscalização dos estabelecimentos prisionais militares</i>	385
Res. GPGJ 895/99. <i>Dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público junto às Turmas Recursais Cíveis e Criminais dos Juizados Especiais do Estado do Rio de Janeiro</i>	386
Res. GPGJ 898/2000. <i>Altera os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro</i>	388
Res. GPGJ 915/2000. <i>Disciplina a elaboração de exames periciais por DNA</i>	390
Res. GPGJ 974/2001. <i>Cria, no âmbito do Ministério Público, o Grupo de Apoio Técnico Especializado</i>	391
Res. GPGJ 975/2001. <i>Fixa atribuição de Procurador de Justiça para a interposição de agravo de instrumento</i>	392
Res. GPGJ 1.002/2001. <i>Modifica a atribuição da Curadoria de Fundações</i>	393
Res. GPGJ 1.054/2002. <i>Disciplina a atuação das Procuradorias de Justiça e da Assessoria de Direito Civil da Procuradoria-Geral de Justiça, no que respeita à eventual interposição de recursos constitucionais nos processos judiciais em que seja decidida matéria de relevante interesse público ou institucional</i>	394
Res. GPGJ 1.119/2003. <i>Disciplina a elaboração de exames periciais por DNA para instruir procedimento de investigação de paternidade</i>	395
Res. GPGJ 1.124/2003. <i>Disciplina a substituição do Procurador-Geral de Justiça</i>	396
Res. GPGJ 1.129/2003. <i>Expede recomendação, sem caráter normativo, dirigida aos membros do MP/RJ, a respeito da atuação funcional em inquéritos civis e ações civis públicas propostas em virtude de improbidade administrativa, com fundamento na Lei 8.429/92</i>	397
Res. GPGJ 1.144/2003. <i>Expede recomendação, sem caráter normativo, dirigida aos membros do Ministério Público, no que concerne a comunicação aos Promotores de Justiça da Infância e Juventude das medidas de intimação provisória de adolescentes infratores decretadas no plantão judicial para o qual foram designados ..</i>	398
Res. GPGJ 1.157/2003. <i>Institui a Coordenadoria de Segurança e Inteligência do MP/RJ, disciplina a composição do seu efetivo, estabelece as funções de direção e dá outras providências, bem assim revoga a Res. GPGJ 1.051/2002</i>	399
Res. GPGJ 1.176/2003. <i>Regulamenta o inciso II e o parágrafo único do art. 124 da Lei Complementar Estadual 106/2003</i>	403
Res. GPGJ 1.210/2004. <i>Expede recomendação, sem caráter normativo, dirigida aos membros do Ministério Público, no que concerne à aplicação da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento)</i>	404
Res. GPGJ 1.225/2004. <i>Expede recomendação, sem caráter normativo, dirigida aos membros do Ministério Público, no que concerne às decisões proferidas por juízes criminais desclassificando a(s) conduta(s) narrada(s) na denúncia para outro(s) tipo(s) penal(is) que, em tese, admita(m) a formulação de proposta de transação penal ou de suspensão condicional do processo</i>	404
Res. GPGJ 1.241/2004. <i>Expede recomendação, sem caráter normativo, dirigida aos membros do Ministério Público, no que concerne à observância da prerrogativa funcional prevista no art. 82, inciso III, da LC 106/2003, no sentido de que o recebimento de intimação em qualquer processo ou procedimento seja pessoal, mediante a entrega dos autos com vista ao membro do Ministério Público com atribuição</i>	405
Res. GPGJ 1.249/2004. <i>Disciplina a atividade de fiscalização do Ministério Público no processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro</i>	406

Res. GPGJ 1.284/2005. Institui o sistema de proteção ao idoso e à pessoa portadora de deficiência no âmbito do Ministério Público, cria órgãos de execução	407
Res. GPGJ 1.306/2005. Dispõe sobre o afastamento facultativo dos Procuradores de Justiça eleitos para integrar o Conselho Superior do Ministério Público	410
Res. GPGJ 1.369/2007. Cria, no âmbito do Ministério Público, sistema destinado à manutenção de cadastro eletrônico sobre a situação social e jurídica de crianças e adolescentes abrigados no Estado do Rio de Janeiro, de modo a garantir o seu direito à convivência familiar.....	410
Res. GPGJ 1.427/2008. Disciplina a residência na Comarca pelos membros do Ministério Público	412
Res. GPGJ 1.468/2008. Dispõe sobre as atribuições das Promotorias de Justiça de Investigação Penal.....	414
Res. GPGJ 1.483/2008. Dispõe sobre a Coordenadoria de Tecnologia em Investigação e Análise no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	415
Res. GPGJ 1.491/2009. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Procuradoria-Geral de Justiça	416
Res. GPGJ 1.498/2009. Institui o Grupo de Trabalho do Programa Administração Presente	426
Res. GPGJ 1.499/2009. Dispõe sobre o Núcleo de Apuração Criminal do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	426
Res. GPGJ 1.500/2009. Dispõe sobre o Núcleo de Combate ao Crime Organizado e às Atividades Ilícitas Especializadas	427
Res. GPGJ 1.504/2009. Disciplina o “Cadastro dos Casos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, conforme determinação do inciso III do art. 26 da Lei 11.340/2006	429
Res. GPGJ 1.506/2009. Dispõe sobre o sistema de interposição de recursos constitucionais no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, reestrutura a Assessoria de Recursos Constitucionais	430
Res. GPGJ 1.507/2009. Dispõe sobre o sistema de acompanhamento de recursos de relevante interesse público ou institucional no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.....	432
Res. GPGJ 1.510/2009. Disciplina o exercício de funções da estrutura básica da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	433
Res. GPGJ 1.512/2009. Cria o Núcleo de Capacitação e Treinamento para Servidores na estrutura do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.....	435
Res. GPGJ 1.515/2009. Cria, na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça, o Conselho de Decanos.....	437
Res. GPGJ 1.521/2009. Dispõe sobre a prorrogação das atribuições do Promotor de Justiça na hipótese de interposição de recurso em matéria criminal desacompanhada das respectivas razões.....	438
Res. GPGJ 1.522/2009. Regulamenta os arts. 34, VI, e 35, I, da LC-RJ 106/2003, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Rio de Janeiro, a instauração e tramitação do inquérito civil.....	439
Res. GPGJ 1.524/2009. Disciplina a atuação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no controle externo da atividade policial, função constitucional prevista no art. 129, VII, da Constituição da República e no art. 34, XIV, da LC-RJ 106/2003.....	447
Res. GPGJ 1.530/2009. Disciplina o exercício da função de Analista de Informações da Coordenadoria de Tecnologia em Investigação e Análise no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	451
Res. GPGJ 1.531/2009. Dispõe sobre a padronização das atividades exercidas pelos Centros Regionais de Apoio Administrativo e Institucional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	452
Res. GPGJ 1.533/2009. Regula o Estágio Forense junto aos órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, revogando as disposições em contrário, em especial a Res.GPGJ 1.215/2004 ...	461
Res. GPGJ 1.537/2009. Define as atribuições de órgãos de execução do Ministério Público para officar em inquéritos policiais e promover ação penal, relativamente a fatos criminosos previstos na Lei 11.101/2005..	469
Res. GPGJ 1.541/2009. Cria, na estrutura da Secretaria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Assessoria de Projetos	470
Res. GPGJ 1.544/2009. Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Comissão Especial para acompanhar o planejamento e a execução dos projetos de obras, serviços,	

<i>compras, licitações e contratos, referentes aos jogos da Copa do Mundo de Futebol a se realizarem no Rio de Janeiro no ano de 2014</i>	471
Res. GPGJ 1.545/2009. Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Comissão Especial para acompanhar o planejamento e a execução dos projetos de obras, serviços, compras, licitações e contratos, referentes aos Jogos Olímpicos a se realizarem na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016	472
Res. GPGJ 1.546/2009. Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o “Prêmio MPRJ Gestão de Excelência”	473
Res. GPGJ 1.547/2009. Institui o Grupo de Trabalho do Projeto de Padronização de Rotinas Administrativas no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	476
Res. GPGJ 1.559/2010. Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o Prêmio MPRJ Idéias Inovadoras	476
Res. GPGJ 1.563/2010. Institui, no âmbito do 1º Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça, o Grupo Especial de Apoio à Atuação dos Procuradores de Justiça na área de Tutela Coletiva, inclusive Infância e Juventude, Idoso e Pessoa Portadora de Deficiência	479
Res. GPGJ 1.564/2010. Institui, no âmbito do 1º Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça, o Grupo Especial de Apoio à Atuação dos Procuradores de Justiça nos habeas corpus de competência das Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	480
Res. GPGJ 1.568/2010. Institui, no âmbito do 1º Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça, o Grupo Especial de Atuação Integrada Regional	481
Res. GPGJ 1.570/2010. Reformula o Núcleo de Combate ao Crime Organizado e às Atividades Ilícitas Especializadas (NCCO), transformando-o em Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO/RJ) no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	482
Res. GPGJ 1.571/2010. Cria a Divisão Anticartel e de Defesa da Ordem Econômica do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (DACAR/RJ)	485
Res. GPGJ 1.572/2010. Expede recomendação, sem caráter normativo, dirigida aos membros do Ministério Público, no que concerne aos expedientes oriundos do “Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Disque 100” e do serviço “Disque Denúncia” que tragam, em seu bojo, fatos que, no âmbito do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, exigem exclusivamente a atuação do Conselho Tutelar	487
Res. GPGJ 1.574/2010. Dispõe sobre a reestruturação da Coordenadoria de Segurança e Inteligência do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	488
Res. GPGJ 1.580/2010. Regulamenta o art. 99, § 2º, da LC-RJ/2003	493
Res. GPGJ 1.602/2010. Dispõe sobre a criação dos Núcleos de Apoio às Promotorias Eleitorais do Estado do Rio de Janeiro	494
Resolução Conjunta MPRJ/MPE 10/2009. Revoga a Resolução Conjunta MPRJ/MPE 9/2003, e disciplina as atribuições dos Promotores Eleitorais no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o disposto na Res. CNMP 30/2008	497
Resolução Conjunta SER/PGJ 14/2006. Fixa normas de cooperação técnica entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado da Receita no combate aos crimes contra a ordem tributária	499
Ato Conjunto GPGJ/CGMP/2009. Cria a Comissão de Controle Externo da Atividade Policial no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o disposto na Res. CNMP 20/2007, e na Res. GPGJ 1.524/2009	502
Portaria CGMP 44/2002. Dá nova redação à Portaria CGMP 12/97, que estabelece normas para a atuação funcional dos membros do Parquet	503
Enunciados e Súmulas das Assessorias da Procuradoria-Geral de Justiça e dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Rio de Janeiro	
Súmulas da Assessoria de Assuntos Institucionais do Procurador-Geral de Justiça	512
Súmulas da Assessoria Criminal do Procurador-Geral de Justiça	514
Enunciados da Assessoria de Assuntos Institucionais do Procurador-Geral de Justiça	515

Enunciados da Assessoria Criminal do Procurador-Geral de Justiça	518
Enunciados Assessoria Cível do Procurador-Geral de Justiça	518
Enunciados da Assessoria de Recursos Constitucionais do Procurador-Geral de Justiça	519
Enunciado da Assessoria de Proteção Integral à Infância e Juventude do Procurador-Geral de Justiça	521
Enunciados do 3º CAOp – Cível	521
Enunciados do 4º CAOp – Infância e Juventude	523
Enunciados do 5º CAOp – Eleitoral	523
Enunciados do 6º CAOp – Tutela Coletiva	526
Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	529
Enunciados do Conselho Superior do Ministério Público do Rio de Janeiro	540
Assentos, Recomendações e Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público do Rio de Janeiro	544
Deliberações do Conselho Superior do Ministério Público do Rio de Janeiro	
Deliberação CSMP 43/2001. Regulamento do Estágio Confirmatório dos Membros do Ministério Público	548
Deliberação CSMP 47/2005. Disciplina o afastamento de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro do exercício de suas funções para frequentar cursos de aperfeiçoamento e estudos e para elaboração de trabalhos, dissertações e teses	554
Deliberação CSMP 51/2006. Dispõe sobre os critérios objetivos para as promoções e remoções por merecimento	557
Deliberação CSMP 56/2009. Disciplina o processo de escolha dos membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro a serem indicados para a composição dos Conselhos Nacionais do Ministério Público e de Justiça	559
Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	563
Deliberações, Enunciados e Recomendações do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Rio de Janeiro	
Deliberação OECP 20-A/2008. Dispõe sobre a intervenção do Ministério Público no processo civil	572
Deliberação OECP 22/2009. Dispõe sobre a aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal em processos judiciais cíveis	574
Enunciado OECPJ 1/2005	574
Enunciado OECPJ 2/2008	574
Recomendação OECPJ 1/2005	574
Recomendação OECPJ 2/2006	574
Súmulas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro	575
Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	575
Súmulas do Supremo Tribunal Federal	576
Súmulas vinculantes	576
Índice remissivo	581

ATUALIZADO PELA SEGUINTE LEGISLAÇÃO

- Dispositivos da Constituição Federal
Dispositivos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro
Assentos CSMP (1 a 4)*
Ato Conjunto GPGJ/CGMP/2010*
Decreto 41.604/2008*
Decreto 41.849/2009 (altera anexo I do Dec. 41.604/2008)
Deliberação TCE/RJ 227/2005*
Deliberação TCE/RJ 228/2005 (altera arts 26 e 27 da Deliberação TCE/RJ 227/2005)
Deliberações CSMP (43/2001, 47/2005, 51/206 e 56/2009)
Deliberações OECPJ (20-A/2008 e 22/2009)
EC 18/98 (altera art. 61 da CF)
EC 19/98 (altera arts. 127 e 128 da CF)
EC 32/2001 (altera arts. 61 e 62 da CF)
EC 45/2004 (altera arts. 104, 107, 111-A, 115, 127, 128, 129 e 130-A da CF)
EC-RJ 13/2000 (altera art. 128 da CERJ)
EC-RJ 16/2000 (altera arts. 99, 162 da CERJ)
EC-RJ 19/2001 (altera arts. 99 da CERJ)
EC-RJ 25/2000 (altera art. 18 do ADCT da CERJ)
EC-RJ 37/2006 (altera arts. 170, 172 e 173 da CERJ)
EC-RJ 4/91 (altera arts. 98, 99 da CERJ)
EC-RJ 40/2009 (altera art. 128 da CERJ)
Enunciado da Assessoria de Proteção Integral à Infância e Juventude do Procurador-Geral de Justiça (1/2009)
Enunciados CNMP (1/2006 a 6/2009)*
Enunciados CSMP (1/2007 a 28/2009)*
Enunciados da Assessoria Cível do Procurador-Geral de Justiça (1 e 2)*
Enunciados da Assessoria Criminal do Procurador-Geral de Justiça (1 a 5)*
Enunciados da Assessoria de Assuntos Institucionais (1 a 24)*
Enunciados da Assessoria de Recursos Constitucionais do Procurador-Geral de Justiça (1 a 18)*
Enunciados do 3º CAO – Cível (1 a 23)*
Enunciados do 4º CAO das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude (1 a 6)*
Enunciados do 5º CAO – Eleitoral (1 a 34)*
Enunciados do 6º CAO – Infância e Juventude (1 a 32)*
Enunciados OECPJ (1/2005 e 2/2008)*
LC 75/93*
LC-RJ 28/82*
LC-RJ 73/91 (altera art. 36 da LC-RJ 28/82)
LC-RJ 92/2000 (altera arts. 23, 24 e 25 da LC-RJ 28/82)
LC-RJ 106/2003*
LC-RJ 113/2006*
LC-RJ 116/2007 (altera art. 86 da LC-RJ 106/2003)
LC-RJ 129/2009*
Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público)*
Dispositivos da Lei 10.671/2003
Dispositivos da Lei 10.741/2003
Lei 11.372/2006*
Lei-RJ 2.819/97*
Lei-RJ 3.189/99*
Lei-RJ 3.465/2000 (altera art. 48 Lei 3.189/99)
Lei-RJ 3.502/2000 (altera art. 13 da Lei 3.189/99)
Lei-RJ 3.577/2001*
Lei-RJ 3.695/2001 (altera art. 13 da Lei 3.189/99)
Lei-RJ 3.899/2002*
Lei-RJ 4.237/2003 (altera art. 13 da Lei 3.189/99)
Lei-RJ 4.275/2004 (altera arts. 14, 16, 21, 33 e 35 da Lei 3.189/99)
Lei-RJ 4.432/2004*
Lei-RJ 4.433/2004*
Lei-RJ 4.493/2005*
Lei-RJ 4.520/2005*
Lei-RJ 4.552/2005*
Lei-RJ 4.635/2005*
Lei-RJ 4.765/2006 (altera art. 35-A da Lei 3.189/99)
Lei-RJ 4.853/2006*
Lei-RJ 5.145/2007*
Lei-RJ 5.166/2007*
Lei-RJ 5.260/2008*
Lei-RJ 5.352/2008 (altera arts. 10, 26, 28 e 35 da Lei-RJ 5.260/2008)
Lei-RJ 5.689/2010*
Portaria CGMP 44/2002*
Proposta de Emenda Regimental – PER, referente ao Processo CNMP 0.00.000.000891/2009-41, publicada no DJ de 23.09.2009 (altera arts. 58, 68 e 73 do Regimento Interno CNMP)
Recomendações CSMP (1/2005 a 8/2009)*
Recomendações OECPJ (1/2005 e 2/2006)*
Regimento Interno CPJMP*
Regimento Interno CSMP*
Regimento Interno CNMP*
Res. CNMP 1/2005*
Res. CNMP 2/2005*
Res. CNMP 10/2006*
Res. CNMP 13/2006*
Res. CNMP 14/2006*
Res. CNMP 20/2007*
Res. CNMP 23/2007*
Res. CNMP 26/2007*
Res. CNMP 27/2007*
Res. CNMP 28/2008 (altera Enunciado CNMP 1/2006 e Res. CNMP 7/2006)
Res. CNMP 3/2005*
Res. CNMP 5/2006*
Res. CNMP 6/2006*
Res. CNMP 7/2006*
Res. CNMP 8/2006*
Res. CNMP 9/2006*
Res. CNMP 30/2008*
Res. CNMP 35/2009 (altera Res. CNMP 23/2007)
Res. CNMP 37/2009*
Res. CNMP 38/2009*
Res. CNMP 39/2009 (altera art. 66 do Regimento Interno CNMP)
Res. CNMP 40/2009*
Res. CNMP 41/2009*
Res. CNMP 43/2009*
Res. CNMP 44/2009 (altera arts. 32 e 33 do Regimento Interno CNMP)
Res. CNMP 45/2009*

Res. CNMP 46/2009*
 Res. CNMP 48/2009*
 Res. CNMP 49/2009*
 Res. CNMP 51/2010 (altera arts. 4º, 5º, 6º, 8º, 10, 11 e 12 da Res. CNMP 36/2009)
 Res. CNMP 52/2010 (altera art. 11 da Res. CNMP 42/2010)
 Res. CNMP 53/2010*
 Res. CNMP 54/2010 (altera art. 25 do Regimento Interno CNMP)
 Res. CNMP 55/2010*
 Res. Conjunta MPRJ/MPE 10/2009*
 Res. Conjunta SER/PGJ 14/2006*
 Res. GPGJ 27/77*
 Res. GPGJ 68/79*
 Res. GPGJ 161/84*
 Res. GPGJ 262/87*
 Res. GPGJ 277/87*
 Res. GPGJ 466/91*
 Res. GPGJ 494/92*
 Res. GPGJ 550/93*
 Res. GPGJ 585/94*
 Res. GPGJ 600/94*
 Res. GPGJ 618/94*
 Res. GPGJ 671/95*
 Res. GPGJ 674/95*
 Res. GPGJ 721/96*
 Res. GPGJ 761/2000 (altera art. 8º da Res. GPGJ 161/84)
 Res. GPGJ 786/97*
 Res. GPGJ 802/98 (altera art. 5º da Res. GPGJ 786/97)
 Res. GPGJ 813/98*
 Res. GPGJ 817/98*
 Res. GPGJ 892/99*
 Res. GPGJ 894/99*
 Res. GPGJ 895/99*
 Res. GPGJ 898/2000*
 Res. GPGJ 900/2000 (altera art. 15 da Res. GPGJ 786/97)
 Res. GPGJ 915/2000*
 Res. GPGJ 966/2001 (altera art. 16 da Res. GPGJ 786/97)
 Res. GPGJ 971/2001 (altera arts. 1º e 2º da Res. GPGJ 786/97)
 Res. GPGJ 972/2001 (altera art. 3º da Res. GPGJ 915/2000)
 Res. GPGJ 974/2001*
 Res. GPGJ 975/2001*
 Res. GPGJ 1.002/2001*
 Res. GPGJ 1.004/2001 (altera arts. 3º, 4º, 17 e 18 da Res. GPGJ 786/97)
 Res. GPGJ 1.043/2001 (altera art. 1º da Res. GPGJ 786/97)
 Res. GPGJ 1.054/2002*
 Res. GPGJ 1.117/2002 (altera art. 4º da Res. GPGJ 786/97)
 Res. GPGJ 1.119/2003*
 Res. GPGJ 1.124/2003*
 Res. GPGJ 1.129/2003*
 Res. GPGJ 1.144/2003*
 Res. GPGJ 1.157/2003*
 Res. GPGJ 1.161/2003 (altera art. 4º da Res. GPGJ 786/97)
 Res. GPGJ 1.174/2003 (altera art. 7º da Res. GPGJ 161/84)
 Res. GPGJ 1.176/2003*
 Res. GPGJ 1.210/2004*
 Res. GPGJ 1.225/2004*
 Res. GPGJ 1.241/2004*
 Res. GPGJ 1.249/2004*
 Res. GPGJ 1.280/2005 (altera arts. 1º e 8º da Res. GPGJ 898/2000)
 Res. GPGJ 1.284/2005*
 Res. GPGJ 1.296/2005 (altera art. 4º da Res. GPGJ 1.119/2003)
 Res. GPGJ 1.306/2005*
 Res. GPGJ 1.369/2007*
 Res. GPGJ 1.427/2008*
 Res. GPGJ 1.468/2008*
 Res. GPGJ 1.483/2008*
 Res. GPGJ 1.491/2009*
 Res. GPGJ 1.498/2009*
 Res. GPGJ 1.499/2009*
 Res. GPGJ 1.500/2009*
 Res. GPGJ 1.504/2009*
 Res. GPGJ 1.505/2009*
 Res. GPGJ 1.506/2009*
 Res. GPGJ 1.507/2009*
 Res. GPGJ 1.510/2009*
 Res. GPGJ 1.512/2009*
 Res. GPGJ 1.515/2009*
 Res. GPGJ 1.521/2009*
 Res. GPGJ 1.522/2009*
 Res. GPGJ 1.524/2009*
 Res. GPGJ 1.526/2009 (altera art. 2º da Res. GPGJ 1.491/2009)
 Res. GPGJ 1.530/2009*
 Res. GPGJ 1.531/2009*
 Res. GPGJ 1.533/2009*
 Res. GPGJ 1.537/2009*
 Res. GPGJ 1.541/2009*
 Res. GPGJ 1.544/2009*
 Res. GPGJ 1.545/2009*
 Res. GPGJ 1.546/2009*
 Res. GPGJ 1.547/2009*
 Res. GPGJ 1.551/2009 (altera art. 1º da Res. GPGJ 1.545/2009)
 Res. GPGJ 1.559/2010*
 Res. GPGJ 1.563/2010*
 Res. GPGJ 1.564/2010*
 Res. GPGJ 1.568/2010*
 Res. GPGJ 1.570/2010*
 Res. GPGJ 1.571/2010*
 Res. GPGJ 1.572/2010*
 Res. GPGJ 1.574/2010*
 Res. GPGJ 1.580/2010*
 Res. GPGJ 1.602/2010*
 Res. GPGJ 1.584/2010 (altera art. 2º da Res. GPGJ 1.491/2010)
 Súmulas CSMP (1 e 2)*
 Súmulas da Assessoria Criminal do Procurador-Geral de Justiça (1 a 9)*
 Súmulas da Assessoria de Assuntos Institucionais do Procurador-Geral de Justiça (1 a 19)*
 Súmulas do MP-RJ (1 a 6)*
 Súmulas do STF (643, 701 e 714)*
 Súmulas do STJ (99, 116, 189, 226, 234 e 329)*
 Súmulas vinculantes (1 a 30)*

*Dispositivos presentes na íntegra no livro.